

Pela Autonomia Municipal

(Publicado no Jornal do Brasil, 16/03/1993)

Gustavo Martins Marques¹

Arquiteto e Mestre em Planejamento

Dos 315 artigos da Constituição Brasileira, apenas dois tratam da política urbana, e desde 1989 são discutidos os projetos de leis complementares a este capítulo, sem avanço algum ou inclusão da matéria nas prioridades de votação do Congresso Nacional. As cidades brasileiras entendem que no espaço urbano o poder local não pode limitar-se a fazer construções de praças, agilizar a limpeza pública ou desenvolver ações similares, mas sim ampliar o poder de decisão em referência ao desenvolvimento social, econômico e à capacidade de trabalho.

Desta forma, a tese preparada pelo IAB/MA para o VIII Congresso Mundial da União Internacional de Arquitetos, que acontece na cidade de Chicago, EUA, de 18 a 22 deste mês, traz propostas que podem mudar o rumo do crescimento das cidades brasileiras. Uma mudança que vai depender não só da aprovação de leis e projetos, mas da determinação de buscar transformações regionais relacionadas a cada cidade. A tese foi preparada com base em estudos e exemplos práticos, que mostram a fragilidade dos municípios diante de uma estrutura que centraliza o poder nas mãos de poucos.

Infelizmente, a elite congressista nacional não tem se demonstrado de forma competente, sensível ou preocupada com a promoção destas mudanças. Se fosse o contrário, enxergaria a necessidade imediata de promover a revisão da Constituição do Código Tributário, a regulamentação do capítulo da política urbana, a valorização e emancipação política e econômica da municipalização.

Hoje, as cidades são obrigadas a conviver com o fenômeno do inchaço urbano, gerando a partir da união da pobreza com o gigantismo das cidades. A problemática se origina na concentração do poder, o que mostra urgente necessidade de se fazer uma completa reforma urbana, num país que ainda não fez sequer a sua reforma agrária.

A reforma agrária nacional deveria anteceder o grande movimento migratório do campo para as cidades, que começou a se intensificar, neste país, a partir da década de 50. Até o fim dos anos 80, a população urbana brasileira passou de 20 para 100 milhões de habitantes. Este fenômeno de expulsão rural e atração urbana é conhecido como *push-pull*, parceiro da industrialização urbana.

O país convive com uma realidade cruel, onde a miséria está espalhada em quase todas as regiões. As cidades, em sua maioria, abrigam milhares de pessoas sem moradia, vivendo e dormindo nas ruas, calçadas, jardins e viadutos. Há uma seqüência impressionante de casos de ocupações espontâneas em terrenos baldios e até mesmo, de conjunto de prédios de apartamentos vazios, construídos para a classe média.

¹ Presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento do município de São Luís do Maranhão.

Está questão preocupa a todos, principalmente os países de terceiro mundo, que possuem 2/3 da população vivendo nas cidades. O Brasil está incluído em tal situação, apresentando uma concentração urbana em torno de 75%. Esta melhoria no espaço urbano só pode acontecer através das mãos de quem entende, vive e necessita das cidades, e infelizmente a elite congressista nacional não tem se demonstrado de forma competente, sensível ou preocupada com a promoção destas mudanças.

Desta forma, grande parte de população para tentar escapar da pobreza, buscou na economia informal a válvula de escape contra o desemprego e a perda do poder aquisitivo. Para se ter uma idéia a respeito, a economia informal, neste país, já chega à marca de 30% em relação do PIB- Produto Interno Bruto. Este processo de marginalização e segregação social, num país como o nosso, onde a população de baixa renda vem sendo sistematicamente massacrada, a violência urbana cresce automaticamente.

As discussões sobre os problemas vividos pelos municípios não vão se restringir apenas ao VIII Congresso Mundial da União Internacional de Arquitetos. Como responsável pela tese, que vai representar o IAB, e atualmente fazendo parte da diretoria do Instituto dos Arquitetos do Brasil, secção Maranhão, como vice-presidente, a autonomia dos municípios também vai ser tema de debate na Universidade de Illinois, o que vai nos dar mais respaldo e embasamento para buscar os caminhos das transformações. Acreditamos que o desenvolvimento do país deve estar ligado diretamente ao fortalecimento dos municípios e é neste sentido que vamos trabalhar.